SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/04/2015 - Teletime

Claro: parcerias entre teles e OTTs serão intensificadas

Muito se fala sobre a rivalidade entre operadoras de telecomunicações e serviços over-the-top (OTTs), como Netflix, Spotify e WhatsApp. Mas a verdade é que um lado não vive sem o outro. E por isso mesmo surgem cada vez novos exemplos de parcerias entre empresas dos dois mundos. Na opinião do diretor de serviços de valor agregado (SVA) da Claro, Alexandre Olivari, há oportunidades para ambos os lados e as parcerias tendem a se intensificar daqui em diante.

"As OTTs precisam das operadoras por causa do carrier billing, em razão da baixa penetração de cartões de crédito na base pré-paga (em mercados emergentes)", comentou o executivo. Ele enxerga dois caminhos para parcerias. O primeiro consiste em uma oferta conjunta de serviços, em um pacote cujo preço inclua o tráfego de dados, o que é visto como uma comodidade e como uma vantagem financeira pelo usuário. A Claro já adota esse modelo em serviços como o Claro Kids, de conteúdo infantil; o Claro Curtas, de vídeos de curta duração; o Claro Música; e o Claro Apps Club (neste caso, para o tráfego somente no app da loja). Em todos eles há uma divisão de receita entre a operadora e os provedores dos serviços. "Esse tipo de modelo funciona bem em nosso mercado", destacou. Só não dá para fazer isso com serviços de streaming de filmes e séries, como Netflix, pois ficaria muito caro incluir o custo com dados, ressaltou.

O outro caminho é a chamada cobrança reversa de dados, quando a OTT paga à operadora pelo tráfego de dados dos usuários do seu aplicativo. O primeiro case desse tipo no Brasil foi lançado ano passado pelo Bradesco, em conjunto com as principais operadoras que atuam no País. "Quando as OTTs quiserem aumentar sua base de usuários, alguém vai ter que patrocinar esse acesso", comentou. Há negociações em curso com outros bancos e apps de comércio móvel para adotar o mesmo modelo.

Dados

Olivari lembra que as operadoras precisam tomar cuidado com a precificação de seus planos de dados. "Às vezes se destrói valor por causa da briga por share. Não se pode descuidar do Capex", recomendou. Ele lembra que 100% do Capex da Claro este ano é voltado para a rede de dados. Ou seja, há um custo significativo para a expansão e evolução das redes e isso precisa ser levado em conta na precificação. Esta é uma das razões para as teles terem decidido mudar o modelo dos seus planos de dados, agora com bloqueio do serviço quando atingido o limite da franquia do assinante.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/04/2015 - Telesíntese

Continuam negociações para votação de projeto que regulamenta a terceirização

Deputados concordam em votar texto nesta quarta-feira, com adiamento para votação de destaques na próxima semana.

Até às 19h30 desta quarta-feira acontecia na Câmara dos Deputados o debate sobre o projeto de lei que regulamentará a terceirização da mão de obra nas empresas. Eduardo Cunha, presidente da Casa, chegou a dizer que prolongará a sessão até às 3h da manhã, se preciso, para votar ainda hoje o texto.

Eles debatiam se aprovariam os destaques ainda hoje, ou deixariam para a próxima terça-feira (14). "O PT e o Governo fizeram acordo para aprovar o texto hoje. Esta Casa não vai começar hoje a descumprir acordo", disse Cunha. Deputados reclamavam que, até este horário, o texto a ser votado, não havia sido distribuído.

Durante o debate, o projeto foi criticado pelo deputado Alessandro Molon (PT-RJ). "O atual projeto que se quer votar neste momento quer transformar os 33 milhões de empregados diretos em terceirizados, e isso nós não queremos", disse. O deputado Valmir Assunção (PT-BA) disse que a proposta vai retirar dos trabalhadores as conquistas dos últimos 12 anos com a redução do desemprego e a política de valorização do salário mínimo.

Para o deputado Ronaldo Fonseca (Pros-DF), no entanto, o projeto é bom. "Está se querendo fazer acreditar que o projeto é precarização do direito do trabalhador, mas o que é bom para o trabalhador tem de ser bom para o empregador", afirmou.

O deputado Silas Brasileiro (PMDB-MG) disse que os terceirizados são mais comprometidos com o trabalho e mais eficientes. "Quando fui prefeito, fazer concurso foi o maior erro que cometi. Todos sentiram que estavam estáveis e passaram a só cumprir horário, porque estavam estáveis", opinou.

Já o deputado Rocha (PSDB-AC) afirmou que a precarização das relações trabalhistas está vindo do Poder Executivo, que editou medidas para limitar o pagamento de pensões, seguro-desemprego e auxílio-doença.

09/04/2015 - Telesíntese

AT&T é multada por vazamento de dados de clientes

Companhia terá de pagar US$ 25 milhões nos próximos 30 dias, notificar todos os clientes afetados e entregar um serviço de monitoramento de crédito, para evita prejuízos materiais.

A Federal Communications Commission (FCC), que regula as telecomunicações nos Estados Unidos, multou a AT&T em US$ 25 milhões pelo vazamento de dados de clientes. A multa é a mais alta já aplicada a uma operadora no país tendo como motivo a violação de privacidade.

Os vazamentos aconteceram em 2013 e 2014, quanto atendentes de call center terceirizados, atendendo no México, Colômbia e Filipinas, venderam a revendedores de celulares dados de clientes para conseguir desbloquear aparelhos usados. No desbloqueio, os revendedores passam a ter acesso a todos os dados armazenados nos dispositivos – fotos, agenda, histórico de navegação etc. Os dados também poderiam ser solicitados para desbloqueio de aparelhos roubados.

Segundo a FCC, houve vazamento de dados de 280 mil assinantes de planos da AT&T. Além da multa, a companhia deverá oferecer aos clientes afetados um serviço de monitoramento de crédito para prevenir prejuízos decorrentes dos vazamentos, notificar um por um, melhorar suas práticas de segurança, nomear um responsável por privacidade e enviar À FCC, periodicamente, relatórios que comprovem atendimento a estas exigências.

A empresa afirma que já alterou suas políticas de segurança e privacidade, fortaleceu suas operações, encerrou os contratos com as prestadoras de serviços onde houve vazamentos. E diz que já está contactando os clientes para informá-los sobre o que fazer.

09/04/2015 - Telesíntese

Espírito Santo quer parceria com provedores para baixar conta de telecom

Estado gasta, hoje, R$29 milhões/ano pelo aluguel de 1.500 links da Oi.

O projeto do Espírito Santo é construir uma infovia óptica para cobrir os principais pontos do estado. Mas não quer fazer investimento direto. Quer construir a rede da região metropolitana, já atendida pela Metrovix, que mantém em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), por meio de parcerias com os provedores regionais de acesso à internet e serviços de telecom que, pelo cadastro da Anatel, somam mais de cem.

"Queremos melhorar a qualidade da rede e do acesso aos pontos públicos do governo do estado e economizar com os gastos em telecom", disse Maria Sylvia Abaurre, diretora técnica da Prodest, a companhia estadual de TI, ao propor uma parceria aos provedores reunidos no Encontro Provedores Regionais, realizado ontem em Vitória, pela Bit Social, com apoio da Momento Editorial. O encontro reuniu mais de cem provedores de 33 cidades do Espírito Santo, em sua maioria, e dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Na visão de Maria Sylvia, a rede de conectividade do estado é hoje muito cara para os cofres públicos e ainda carece de mais velocidade. Ela disse que a conta do estado com o aluguel de 1.500 da operadora Oi atinge R$ 145 milhões em cinco anos, ou seja, R$ 29 milhões/ano. Como a Oi é a única operadora que cobre todo o estado – a GVT se concentra nos municípios da Grande Vitória –, a Prodest não conta com alternativas.

O primeiro passo para construir a parceria, segundo ela, é mapear as redes ópticas dos provedores regionais e identificar o que existe e o que o estado precisa construir. "Vamos construir e trocar capacidade", propôs a executiva, que não vê futuro para o desenvolvimento do estado, do país e dos serviços públicos fora da internet.

Para construir a infraestrutura necessária para cobrir o estado – a Prodest tem parceria em rede com a RNP e também com a Telebras –, que, apesar das reduzidas dimensões territoriais, é mal atendido em infraestrutura de telecom, Maria Sylvia acredita que o caminho são as parcerias em rede. "Temos que compartilhar, compartilhar e compartilhar. Nada de duplicar infraestrutura", disse

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/04/2015 - Telesíntese

Operadoras apoiam projeto de terceirização aprovado para manter call centers

A aprovação do texto base do projeto que regulamenta os contratos de terceirização – as principais emendas foram adiadas para a próxima semana – tem o apoio das operadoras de telecomunicações principalmente para acabar com os questionamentos sobre os call centers.

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem, (8) o texto-base do Projeto de Lei 4330/04, que regulamenta os contratos de terceirização no setor privado e para as empresas públicas, de economia mista, suas subsidiárias e controladas na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios. Foram 324 votos a favor do texto, 137 contra e 2 abstenções.

A Frebatel – federação que congrega as diferentes empresas do setor de telecomunicações – divulgou nota em apoio à aprovação do projeto. Para as operadoras de telecomunicações, o principal motivo deste apoio está na preservação dos call centers terceirizados.

Isto porque, há uma ação na justiça – que já tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) – questionando a terceirização dessas centrais de atendimento por parte das empresas de telecom, sob a alegação de que esta seria atividade –fim e por isto não deveria ser terceirizada.

Esta questão ainda não foi resolvida pelo projeto de lei aprovado ontem, que terá ainda que ser apreciado pelo Senado Federal antes de sua sanção pela presidente Dilma Rousseff. O governo divulgou ontem nota condenando o projeto.

O substitutivo apresentado pelo deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA), manteve a possibilidade de a terceirização ocorrer em relação a qualquer das atividades da empresa. O texto não usa os termos atividade-fim ou atividade-meio, permitindo a terceirização de todos os setores de uma empresa. Os opositores do projeto argumentam que isso provocará a precarização dos direitos trabalhistas e dos salários.

Esse deve ser um dos pontos a serem debatidos por meio de destaques na próxima semana. O ministro da Secretaria Geral da Presidência, Miguel Rossetto (PT), criticou a decisão e disse que a terceirização vai precarizar o trabalho. "Não é bom para os trabalhadores. Não é bom para o país".

Retenção antecipada

A pedido do Ministério da Fazenda, o relator incluiu no texto a obrigação de a empresa contratante fazer o recolhimento antecipado de parte dos tributos devidos pela contratada.

Deverão ser recolhidos 1,5% de Imposto de Renda na fonte ou alíquota menor prevista na legislação tributária; 1% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); 0,65% do PIS/Pasep; e 3% da Cofins.

Atividade econômica

O texto votado nesta quarta-feira prevê que, quando o contrato de terceirização for entre empresas que pertençam à mesma categoria econômica, os empregados da contratada envolvidos no contrato serão representados pelo mesmo sindicato dos empregados da contratante, observados os respectivos acordos e convenções coletivas de trabalho.

Proibição de sócios

Segundo a redação aprovada, não poderão atuar como empresas contratadas na terceirização aquelas cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado da contratante ou tenha relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Também não poderão ser sócios ou titulares aqueles que tenham trabalhado na empresa contratante ou prestado serviços a ela nos últimos dois anos, exceto se forem aposentados.

Responsabilidade

Quanto à responsabilidade da empresa contratante do serviço terceirizado, ela será solidária ou subsidiária em relação às obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas pela contratada.

Se a contratante fiscalizar o recolhimento e pagamento dessas obrigações, exigindo sua comprovação, a responsabilidade será subsidiária. Nesse caso, a contratante somente poderá ser acionada na Justiça pelo recebimento dos direitos se a contratada não puder pagá-los após ter sido processada.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/04/2015 - Telesintese

Aumentam as reclamações contra a TV paga na Anatel

Conforme a agência, no ano de 2014 as reclamações contra os serviços de TV por assinatura foram os que apresentaram o maior crescimento, saltando do índice de 1,01 reclamações por mil acessos por mês, em 2012,para 1,69 reclamações no final de 2014.

A Anatel está concluindo a análise dos indicadores sobre as reclamações dos consumidores contra os serviços de telecomunicações feitas em seu call center no ano ano passado. E, conforme o gerente da agência, Fábio Koleski, a TV por Assinatura foi o serviço que apresentou o maior crescimento de reclamações no ano passado. Dois são os principais motivos para o descontentamento dos clientes: o recorrente problema de cobrança, que também se faz presente como o maior item de insatisfação nos demais serviços de telecom, e problemas com o cancelamento do serviço. "Além da dificuldade de cancelamento, os usuários reclamam, por exemplo, que as empresas não vão retirar os equipamentos instalados", afirma Koleski.

As reclamações contra os serviços de TV paga saíram de um índice de 1,01 por mil acessos por mês no início de 2012 para chegar em dezembro do ano passado com 1,69 reclamações por mil acessos mês.

Com este índice, a TV paga se equipara ao SCM, ou ao serviço de banda larga fixa. Só que as reclamações contra a banda larga fixa cresceram menos, pois saíram de patamares superiores em 2012, de 1,30, para 1,69.Proporcionalmente, porém, o serviço que mais enfrenta problemas com a sua clientela é o da telefonia fixa, que apresentou índice de 1,8 por mil acessos.

Embora nos Procons o celular seja um dos principais serviços sobre os quais recaem as reclamações dos consumidores, o mesmo não ocorre na Anatel, devido a diferente metodologia. Como o cálculo da agência é feito em relação ao número de acessos – o que estatisticamente parece ser o mais correto, se comparado com o registro do sistema de defesa do consumidor, que agrupa os números brutos – a reclamação sobre os serviços de telefonia móvel é pequena em relação aos milhões de aparelhos nas mãos dos usuários brasileiros. Conforme os indicadores da Anatel, o maior volume de reclamações contra o celular ocorreu em 2013, quando o índice foi de 0,42 e no ano passado caía para 0,36.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/04/2015 - DCM

PL da terceirização mostra a tragédia que teria sido vitória de Aécio

Certas situações deixam subitamente claras coisas que pouca gente enxergava. A votação da terceirização, por exemplo. Ela expôs espetacularmente o retrocesso social que significaria a eleição de Aécio.

Os deputados do PSDB votaram pela terceirização.

Isso quer dizer o seguinte: votaram contra o povo. Contra os chamados 99%.

Terceirização não é daquelas coisas que têm prós e contras para diferenças grupos da sociedade.

É imensamente favorável para os empresários e imensamente desfavorável para os trabalhadores.

Uma pesquisa mostra que os terceirizados trabalham três horas a mais, ganham 25% a menos e ficam 3,1 anos a menos no emprego.

Que tal?

Aécio na presidência significaria um amplo, total, irrestrito movimento do Brasil nesta direção antitrabalhadores.

Ele prometeu "medidas impopulares" a representantes da plutocracia no início de sua campanha – e a posição tucana na votação deu uma mostra sinistra do que seria aquilo.

Dos 46 deputados do PSDB, 45 votaram pela terceirização. (Mara Gabrili foi a exceção.)

Espera-se que isso seja lembrado em futuras eleições, quando os candidatos vierem com sua lengalenga social.

Comportamento oposto tiveram três partidos: PT, PSol e PCdoB.

Todos os 61 deputados do PT rejeitaram o projeto. Todos os cinco do PSol também. E apenas um deputado entre os 13 do PCdoB (Carlos Eduardo Cadoca) disse sim.

Tudo isso considerado, é evidente que a presença de Dilma na presidência é um contraponto ao atraso do Congresso.

É presumível que ela vete o projeto.

Também é esperado que a sociedade acorde para o que está acontecendo via deputados federais: o 1%, como que insatisfeito com sua fatia abjeta de riqueza no patrimônio nacional, quer ainda mais. E colocou no Congresso, graças ao financiamento privado, deputados que estão prontos para fazer este serviço sujo.

O lado bom é que clarearam as coisas com este episódio, e os eleitores poderão fazer escolhas melhores nas eleições futuras.

Há que considerar, igualmente, o anteparo de Dilma. Imagine Aécio no Planalto. E mais Armínio na Fazenda. E mais FHC como conselheiro. (Que melancólico final de carreira para FHC ver, em silêncio criminoso, seu partido apoiar, maciçamente, um ataque brutal aos direitos trabalhistas.)

Seria uma calamidade uma vitória de Aécio.

O projeto da terceirização acaba com o blábláblá segundo o qual, dado o ajuste proposto por Dilma, tanto fazia se ela ou Aécio se elegessem.

Seria pior com Aécio.

Muito pior.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/04/2015 - Carta Capital

'Lei da terceirização é a maior derrota popular desde o golpe de 64'

Para Ruy Braga, professor da USP especializado em sociologia do trabalho, Projeto de Lei 4330 completa desmonte iniciado por FHC e sela "início do governo do PMDB"

cEspecialista em sociologia do trabalho, Ruy Braga traça um cenário delicado para os próximos quatro anos: salários 30% mais baixos para 18 milhões de pessoas. Até 2020, a arrecadação federal despencaria, afetando o consumo e os programas de distribuição de renda. De um lado, estaria o desemprego. De outro, lucros desvinculados do aumento das vendas. Para o professor da Universidade de São Paulo (USP), a aprovação do texto base do Projeto de Lei 4330/04, que facilita a terceirização de trabalhadores, completa o desmonte dos direitos trabalhistas iniciado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na década de 90. "Será a maior derrota popular desde o golpe de 64", avalia o professor em entrevista a CartaCapital.

Embora o projeto não seja do governo, Braga não poupa a presidenta e o PT pelo cenário político que propiciou sua aprovação. Ele cita as restrições ao Seguro Desemprego, sancionadas pelo governo no final de 2014, como o combustível usado pelo PMDB para engatar outras propostas desfavoráveis ao trabalhador, e ironiza: "Esse projeto sela o fim do governo do PT e o início do governo do PMDB. Dilma está terceirizando seu mandato".

Leia a entrevista completa:

CartaCapital: Uma lei para regular o setor é mesmo necessária?

Ruy Braga: Não. A Súmula do TST [Tribunal Superior do Trabalho] pacificou na Justiça o consenso de que não se pode terceirizar as atividades-fim. O que acontece é que as empresas não se conformam com esse fato. Não há um problema legal. Já há regulamentação. O que existe são interesses de empresas que desejam aumentar seus lucros.

CC: Qual a diferença entre atividade-meio e atividade-fim?

RB: Uma empresa é composta por diferentes grupos de trabalhadores. Alguns cuidam do produto ou serviço vendido pela companhia, enquanto outros gravitam em torno dessa finalidade empresarial. Em uma escola, a finalidade é educar. O professor é um trabalhador-fim. Quem mexe com segurança, limpeza e informática, por exemplo, trabalha com atividades-meio.

CC: O desemprego cai ou aumenta com as terceirizações?

RB: O desemprego aumenta. Basta dizer que um trabalhador terceirizado trabalha em média três horas a mais. Isso significa que menos funcionários são necessários: deve haver redução nas contratações e prováveis demissões.

CC: Quantas pessoas devem perder a estabilidade?

RB: Hoje o mercado formal de trabalho tem 50 milhões de pessoas com carteira assinada. Dessas, 12 milhões são terceirizadas. Se o projeto for transformado em lei, esse número deve chegar a 30 milhões em quatro ou cinco anos. Estou descontando dessa conta a massa de trabalhadores no serviço público, cuja terceirização é menor, as categorias que de fato obtêm representação sindical forte, que podem minimizar os efeitos da terceirização, e os trabalhadores qualificados.

CC: Por que os trabalhadores pouco qualificados correm maior risco?

RB: O mercado de trabalho no Brasil se especializou em mão de obra semiqualificada, que paga até 1,5 salário mínimo. Quando as empresas terceirizam, elas começam por esses funcionários. Quando for permitido à companhia terceirizar todas as suas atividades, quem for pouco qualificado mudará de status profissional.

Leia mais em **http://www.cartacapital.com.br/economia/lei-da-terceirizacao-e-a-maior-derrota-popular-desde-o-golpe-de-64-2867.html**